

Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX.

Soraia Sales Dornelles*

Durante o século XIX, o governo imperial teve o interesse de colonizar as regiões desabitadas do sul do Brasil e para isso tratou de incentivar a imigração de europeus. Aquela região ainda era alvo de conflitos e suas fronteiras permaneciam em constante perigo, dado o interesse das nações vizinhas. Na província do Rio Grande as primeiras levas constituíam-se basicamente de colonos de origem germânica que chegaram a partir de 1824. Mais tarde, em 1875, iniciou também a vinda de colonos italianos. A esses imigrantes foram doadas e vendidas, respectivamente, terras tidas como desabitadas, entretanto, eram na verdade, territórios ocupados por indígenas do grupo Kaingang, naquela época chamados de Coroados.¹ O contato entre indígenas e estrangeiros estava posto: ora surtiram relações amistosas, com estabelecimento de redes de reciprocidade e dependência; ora imperou a incompreensão e a violência por ambas as partes.

Contudo, a história da imigração germânica e italiana no sul do Brasil tem sido contada com destaque ao ato quase heróico das milhares de pessoas que, ao atravessarem o Atlântico, buscaram “fazer a América”: uma expressão que, ao mesmo tempo, significava o intuito pessoal dos imigrantes de reconstruírem suas próprias vidas em um lugar distante e desconhecido, muitas vezes fantasiado em suas mentes; mas também caracterizava o projeto pertinente ao pensamento da época, onde os ideais de civilização encontravam-se no ser desses imigrantes e, desse modo, trariam ao lugar onde estivessem as características necessárias ao progresso. Nesse processo, as histórias de encontros e (des)encontros entre os forasteiros europeus e os indígenas brasileiros

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

¹ A sociedade Kaingang, ligada à família lingüística Jê do Tronco Macro-Jê, é apontada como descendente das populações ceramistas Jê que migraram do Centro-Oeste do Brasil por volta de 2.500 anos antes do presente em direção à região Sul, parte meridional de São Paulo e o leste da província de Misiones na Argentina (Mota, 2008:30). Esta migração mostrou-se decorrente de um aumento populacional naquela região. A ramificação lingüística Macro-Jê originou as línguas Kaingang e Xokleng. Assim, a denominação Kaingang refere-se concomitantemente e de forma genérica à população e à língua por ela falada. Neste trabalho optamos por utilizar o etnônimo Coroados para fazer referência a este grupo, de modo a evidenciar também a historicidade das formas de identificação do mesmo.

ficaram invisibilizadas em detrimento de uma idéia amplamente divulgada sobre o estado de ocupação das terras a eles destinadas.

Esta comunicação busca apresentar uma parcela das reflexões elaboradas em minha dissertação de mestrado,² com destaque para o processo pelo qual os índios Kaingang e as frentes coloniais européias compartilharam experiências comuns e distintas entre os anos de 1824 e 1925. O intuito é apontar qual tipo de experiência derivou deste contato, e a diversidade de respostas postas por esses grupos. Também procuramos tratar do vazio territorial enquanto criação historiográfica e enquanto realidade empiricamente construída. A proposta de escrever uma história do contato entre imigrantes e indígenas foi aos poucos mostrando a complexidade das relações sociais vivenciadas naquele contexto. Apresentaram-se redes de relações magnificamente envolventes e culturalmente relacionadas e contrapostas, mas, mesmo assim, capazes de se interpenetrar e produzir novos significados e personagens socialmente relevantes a título explicativo daquele mesmo contexto.

* * *

Tenhamos como ponto inicial para uma breve incursão sobre o contexto em questão a sobreposição em termos territoriais, culturais e políticos dos povos coroados e alemães no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, durante o final do primeiro quartel do século XIX. Daí para diante o contato tornou-se inevitável, bem como os efeitos que se fizeram sentir de forma gradual uns sobre os outros. Das primeiras formas de aproximação entre ambos, desde a observação até o instar-se de um estado de medo compartilhado, que passou a ser fruto de combates reais. Buscaremos explicar as motivações que levaram esses indivíduos às mais complexas situações, que surgiram desta sobreposição de mundos tão distintos. Naquele momento, a questão sobre a presença indígena nas terras disponíveis para o povoamento e colonização do Império era apresentada em diversos meios de discussão e, a partir disso, os colonos empenharam-se em “resolver o problema”. Quais as formas encontradas pelos colonos alemães para solucionar essa questão? Seria ela distinta da política central do período?

Essas questões foram amplamente discutidas por John Monteiro (2001) e seus apontamentos podem, aqui, encontrar um novo local de afirmação de sua interpretação.

² DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos índios num contexto de imigração no século XIX*. Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em História/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2011.

Nos discursos da intelectualidade brasileira do século XIX, preocupada com a construção da nação, as narrativas do contato eram sempre aquelas que enfatizavam a violência e/ou a selvageria do agente indígena, discurso capaz de justificar as ações de colonização daquele período. O contato entre índios e colonizadores constituía-se como um fenômeno pertencente ao passado remoto, do qual já haviam se construído as mais diversas fábulas. Quer dizer, o encontro dos indígenas com novos desbravadores, no século XIX, não era respaldado por um discurso romântico, mas sim, relacionado com uma emergente ciência das raças que buscava legitimar práticas não tão “civilizadas” assim. Somava-se a isso, a permanência do clássico binômio Tupi/Tapuia que, naquele momento, passava a constituir as bases do discurso da identidade da nação. Aos Tupi coube o vínculo com o povo brasileiro, fruto da mestiçagem com os colonizadores e o legado de suas heranças culturais com destaque à língua e, assim, tratavam-se de índios vinculados a um remoto passado (2001:170-172). Distintamente, aos Tapuias relegou-se a carapuça de inimigo, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização” (2001: 172) e, portanto, parte do presente da jovem nação que via em sua obstinação em resistir o maior dos empecilhos.

O que o autor nos mostra é a diversidade de discursos sobre como o Brasil deveria lidar com os indígenas, tanto no passado quanto no presente, ao identificar que as discussões acerca da construção da nação brasileira iniciam-se antes mesmo da independência com relação a Portugal e que, no século XIX, esse debate tornava-se cada vez mais pertinente. Desde aquele momento, já se podia observar o quão cara é a problemática indígena para pensar o Brasil. No Rio Grande do Sul do século XIX, os Coroados foram personagens constantes nos discursos e discussões sobre o futuro indígena dado o estado de enfrentamento e negociação que articularam com os mais distintos grupos sociais. Entretanto, na historiografia priorizou-se tratar dos confrontos de modo a justificar certas ações violentas ou restritivas. Como afirmou Monteiro, a violência explícita encontrava-se ancorada numa pintura dos indígenas “como animais sanguinolentos, totalmente arredios aos avanços dos brancos”, que de outra forma, encobriam as realidades locais muito mais complexas. “Assim, no caso dos Kaingang e Xokleng do Paraná e Santa Catarina, por trás dos assaltos aparentemente vingativos e irracionais praticados pelos índios estava uma certa articulação com a expansão da colonização” (2001: 155-156). Para o caso aqui tratado, o que se pode afirmar é que

com o passar do tempo, os dois blocos, colonizadores e indígenas, por assim dizer, passam a ser menos homogêneos – se é que um dia o foram –, dando espaço a diferentes posturas com relação ao outro, mostrando as dinamicidades dos processos de influências culturais.

O certo é que diversificados discursos foram produzidos sobre os indígenas: jornalistas, literatos, cientistas, funcionários de governo, membros da comunidade religiosa. Mas esses discursos não se restringiam em depreciar os indígenas, estavam marcados pela ode aos estrangeiros europeus e as suas qualidades. O projeto do século XIX para o Brasil é marcado pela busca da transposição da racionalidade ocidental para o espaço nacional que se constrói, embora essa transposição seja marcada por inúmeras adequações. Entretanto, esse projeto não parece ter sido um modelo posto em sentido único, não só a burocracia imperial procurou colocá-lo em prática como também os próprios colonos fizeram sua parte. A constituição do espaço urbano e suas benesses – luz elétrica, fábricas, estrada de ferro, a própria cidade – modificavam as relações sociais e culturais no espaço colonial construindo as bases para o argumento de preeminência eurocêntrica em relação aos locais. Assim, abriam-se as portas para o processo de invisibilização dos agentes históricos não imigrantes, principalmente quando o Estado compreendia os espaços habitados pelos indígenas enquanto vazios demográficos.

Essa questão nos é de extrema importância, visto que ela nos permite vislumbrar os problemas centrais referentes a tal situação. A urbanização constitui-se intrinsecamente como marco da colonização ocidental, desde a Antiguidade, e a desapropriação do “outro” faz parte desta lógica de compreensão do território em si. Quando pensamos os processos de contato no sul do Brasil, no século XIX, esse ponto mostra-se deveras explicativo. A colonização européia empenhava-se em transplantar um conjunto de símbolos ligados à idéia de civilidade que acompanhava os imigrantes, e por esse motivo, bem quista pela elite brasileira que via neste estado de coisas, a superação das condições de atraso no país. Naquele período, a ideologia corrente perpetuava o indígena como um componente da natureza, externo à sociedade. Enquanto elemento hostil da natureza o indígena, assim como as matas e animais, também precisava ser dominado em nome e benefício da civilização.³

³ Entre os trabalhos que priorizam este enfoque destacamos: PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio*

Entretanto, seria ilusório pensar que esta “civilidade” emergiu nas matas como num passe de mágicas: a transformação do espaço pelos colonos foi uma tarefa longa, árdua e repleta de dificuldades. Quando os imigrantes alemães chegaram, a província do Rio Grande não passava de um imenso descampado, e as terras destinadas a eles eram consideradas “virgens”. Na data oficial da chegada dos primeiros colonos, 25 de julho de 1824, apenas 39 pessoas desembarcaram à margem do rio dos Sinos e foram conduzidas em carretas de bois até a desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo. Com a demarcação dos lotes – o governo imperial havia-lhes prometido 77 hectares para cada família, o que nem sempre foi cumprido – se dirigiam através das picadas nos matos com seus pertences e, ao chegarem lá, estavam por conta, devendo construir suas moradias e roças. Quer dizer, a cidade propriamente dita, símbolo máximo do ocidente, não fez parte do cenário tão cedo quanto pode parecer. Os imigrantes acabavam de passar por uma ruptura imensa dos laços com sua terra de origem, deixando para traz grande parte de sua história na busca por uma vida menos sofrida. Era preciso reconstruir aqui tudo aquilo que consideravam essencial para dar continuidade ao que compreendiam ser a própria vida, nas palavras de Serge Gruzinski (2007: 95-96), “A lenta evolução das formas de vida e das tradições, que passava quase despercebida na Europa, é substituída por uma aceleração repentina das aprendizagens e experiências novas”.⁴ Esses colonos também tiveram que se adaptar aos cultivos locais: milho, mandioca, batata doce, charque; visto que não encontraram aqui os alimentos que cultivavam anteriormente (carne de porco, batata inglesa, trigo, centeio), tendo-os introduzido com o tempo. Quer dizer, além de colonizadores, os imigrantes também eram “colonizados” pela nova terra e seus costumes.

Grande do Sul. Porto Alegre: Gráfica Santa Terezinha, 1934; ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969; ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971; AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975; CESAR, Guilhermino. *Formação do Rio Grande do Sul: o período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1972; GIRON, Loraine Slomp. *O imigrante italiano: agente de modernização*. In: *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979; COSTA, Rovílio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1986. HUNSCHÉ, Carlos; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. GxW, 2004.

⁴ Embora Gruzinski estivesse se referindo aos primeiros momentos da colonização da América, quando os povos “imigrantes” eram majoritariamente ibéricos e africanos, acredito que esta afirmativa cabe também a esse período do qual tratamos, pois os confrontos de concepção com o novo mundo se repetiram em distintos momentos, provocando sempre “a perda de referências” dos que aqui chegavam, bem como a tarefa de (re)construir suas vidas a partir do que aqui encontraram, “a confrontação com outros saberes e outras técnicas” (2007: 95-99). Tradução minha.

Entre 1824 e 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul 5.350 imigrantes provenientes de inúmeros reinos germânicos (SCHÄFFER, 2004), que ocuparam as zonas próximas de São Leopoldo, as chamadas Linhas, nos vales circundantes dos rios Sinos e Caí. Durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845) a empresa da imigração foi suspensa e, somente em 1846, foram formadas novas colônias como Feliz, Mundo Novo e Bom Princípio, todas mais ao norte de São Leopoldo, alcançando a serra (Giron, 2004: 184-185). Em todos esses momentos houve a interação com os habitantes indígenas e este foi um dos problemas enfrentados por esses imigrantes. Somente depois da Farroupilha iniciou-se a fase de maior expansão de tais colônias, com a construção de estradas e pontes, casas de alvenaria, escolas e igrejas (católicas e protestantes), inclusive com o auxílio da mão-de-obra dos nativos. Enquanto as dificuldades indígenas aumentavam na proporção que as zonas coloniais cresciam e enxertavam seus símbolos e modos de viver “civilizados”, os ecos da primeira maria-fumaça que ligava Porto Alegre a São Leopoldo, em 14 de abril de 1874, cinquenta anos após a chegada dos primeiros colonos, marcavam o sucesso da empresa.

Da mesma forma, durante muito tempo a história da imigração italiana foi apresentada como uma epopéia dos estrangeiros que atravessaram o Atlântico, chegaram ao sul do país e fizeram aqui, sobre uma terra inóspita e vazia, brotar uma nova Itália, símbolo do progresso e da perseverança destas pessoas. Entretanto, há a ausência de uma parcela de acontecimentos nestas narrativas: a presença indígena naquele espaço. Por volta da década de 1870, os Coroados ainda permaneciam circulando nas matas que separavam os campos de Cima da Serra e as colônias alemãs ao sul. Além disso, continuavam a praticar assaltos e sequestros por aquele tempo; as suas lideranças estavam ativamente envolvidas em negociações diretas com os chefes da província; também encontravam-se nos aldeamentos, nos quais produziam alimentos, cediam sua mão-de-obra para a construção de obras públicas e abertura de estradas. Pois bem, a chegada dos primeiros imigrantes italianos coincide com este momento, suscitando que criemos uma expectativa sobre qual tipo de relação mantiveram. Entretanto, em termos historiográficos, esse contato não foi apresentado, corroborando a idéia de que o encontro entre esses grupos não aconteceu. Esse (des)encontro aparece justificado ora pela inexistência mesma de indígenas no território destinado aos colonos italianos, ora ao aldeamento completo dos nativos.

Por outro lado, é preciso identificar as perspectivas destes imigrantes, vindos de uma Itália recém unificada e problemática, em relação a este processo. Desse modo, é relevante lembrar que estes colonizadores provinham de diferentes regiões: Trento, Piemonte, Tirol; e, portanto, não possuíam uma identidade nacional propriamente constituída, a Itália era uma referência mais geográfica que nacional. Esta veio a se consolidar após longo esforço destes, e até mesmo do governo italiano posteriormente, quando vêm a autodenominar-se italianos (Franzina, 2006: 38-41). Suas atitudes tomadas em relação aos indígenas devem ser compreendidas a partir de um referencial que contemple seu intuito de sobreviver em uma nova condição na pátria que os recebia. Foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos mesmos e entre elas encontramos o fator indígena. Parte de sua constituição étnica pode ter se dado em contraposição a este elemento, tão distinto e distante, mas que exigiu a negociação. Por outro lado, deste jogo de definições surgiu a invisibilidade de um grupo social, neste caso dos Coroados, assim, as ações do grupo de imigrantes foram parte de um processo tanto de afirmação étnica quanto de luta pela própria sobrevivência, processo que, geralmente, é atribuído somente aos indígenas.

A anulação da participação dos indígenas na construção da história da região, verificada na estranheza quanto à existência de índios neste local, mesmo que os documentos da época apontem para a sua presença, está colocada sobre a construção do vazio demográfico.⁵ Ao apagar um dos sujeitos da história - os povos indígenas - a ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, muito menos a negociação, “(...) uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam.” (Mota, 1994: 15). Contudo, já foi demonstrado que tal premissa carrega uma intencionalidade específica: a de negar às populações nativas sua inclusão na história regional. Assim, o elemento indígena não se configurava como um agente da história regional, porque não fazia parte dos interesses da construção de tal empreitada, designada ao elemento estrangeiro. Contemos, portanto, esta história de uma outra forma.

* * *

Dentre as inúmeras histórias que emergiram dos encontros entre imigrantes e indígenas destacamos a vivenciada pelo índio coroadado Luis Antônio da Silva Lima.

⁵ Conforme Manuela Carneiro da Cunha (1992: 18), os vazios territoriais significam “a associação de práticas somadas: a eliminação física e étnica, e sua eliminação como sujeitos históricos”.

Através de sua experiência pessoal podemos alcançar a diversidade de formas de relações que o contato proporcionou e a complexidade das mesmas, mas também destacar a agência de personagens, capazes de nos possibilitar percorrer distintos universos: os da colonização alemã e italiana, o dos Coroados e, por fim, a condição distinta enquanto Bugre. A narrativa do Monsenhor Matias José Gansweidt,⁶ intitulada *As vítimas do Bugre*,⁷ dá conta de nos transportar para o universo de interação, muitas vezes forçada, entre indígenas e colonizadores, fruto daquela conjuntura. O único sobrevivente de um sequestro, Jacó Versteeg, quando já era idoso, retratou sua história ao monsenhor, que escreveu um romance baseado em seu relato e no de outras pessoas que dela participaram. O livro, bastante conhecido na região de imigração alemã, conta em detalhes, em suas 307 páginas, a história que aqui apresentaremos de forma resumida.

Em 1847, “ano fatídico e sombrio” para muitos moradores da jovem colônia Feliz, ocorreram diversos ataques e incursões dos Coroados. Não apenas devastavam as plantações, mas também lhes pilhavam o gado dos poteiros. Tendo tais acontecimentos como argumento, reuniram-se diversos colonos na tentativa de deliberar sobre a organização da defesa. Desta reunião organizou-se um plano: “Ao primeiro indício dos bandidos, os colonos seriam imediatamente avisados e iriam recebê-los a espingarda: o sal ou os chumbinhos dariam aos brutos uma recordação permanente da recepção que os colonos lhes haviam preparado” (Gansweidt, 1946: 39). Na primeira tentativa dos índios sobre a colônia, especificamente na propriedade de Jacó Bohn, encontravam-se, então, preparados os colonos para o contra-ataque. Uma das partes do plano era esticar cordas nas plantações e a estas fixas latas vazias que denunciariam a presença dos intrusos com o seu ruído. Dado o alarme, o colono iniciou a chamada de todos os vizinhos para que saíssem armados em busca dos invasores. Assim, iniciaram o ataque, “Indizível o

⁶ Gansweidt nasceu em Birgelen, Alemanha, em 1874 e iniciou-se na vida religiosa em um seminário na Holanda. Estudou na Universidade de Louvaine na Bélgica, mas finalizou sua formação no Seminário Episcopal de Porto Alegre. No Rio Grande do Sul, trabalhou em diversas localidades de origem teuta. Foi eleito Cônego Honorário em 1929 e Monsenhor em 1948. Dedicava-se às letras e produziu poemas, contos e dois romances: *As vítimas do Bugre* e *Chico Monge e seu Bando*.

⁷ Em alemão *Luis Buger und die offer seiner rache* cuja tradução feita por mim é *Luís Bugre e a vítima de sua vingança*. É a versão em português que utilizamos neste trabalho que foi traduzida pelo Irmão Eugênio Damião. No ano de 2009, um exemplar raro da primeira edição (1929) foi localizado pelo historiador Jürgen Zimmer em um antiquário na Alemanha, conforme notícia do site: <http://visaodovale.com.br/noticias/artigo/encontrada-primeira-edicao-de-luis-bugre.html> Nenhum trabalho, entretanto, foi produzido sobre o original, nem pude acessá-lo.

pânico que subjogou os índios. Fugiram tropeçando, caindo, derrubando-se mutuamente qual bando de demônios acoçados por água benta. Voaram morro abaixo e no vale se jogaram nas águas tranqüilas do Caí e desapareceram” (Gansweidt, 1946: 39).

Desse fato, decorreu que um menino, de aproximadamente onze anos, atingido no joelho, e desta forma, inapto para a fuga, tornou-se prisioneiro dos colonos. Esse índio não foi recebido, a princípio por nenhuma família alemã. O certo é que quando estavam quase decididos a devolvê-lo aos seus, foi acolhido por Matias Rodrigues da Fonseca, de origem portuguesa, mas firmemente integrado à colônia alemã. Dois anos depois, em 1949, foi batizado na religião católica, como Luís Antônio da Silva Lima, pelo padre João Selback, em Hortêncio. O menino foi instruído no português e no alemão, tendo mantido, segundo os informantes, o “sotaque sui-gêneris”. Mesmo que confusas as informações sobre a criação de Luís, parecem coincidir que o menino não tenha sido obediente ao tutor Matias Rodrigues, mesmo sob a possibilidade de ser castigado,

Preferia correr os matos e caçar, no que empregava longas horas do dia. às vezes ausentava-se durante semanas, trazendo, porém, sempre algumas peles de animais bravios.(...)Certa feita desapareceu por vários meses e todos julgavam se tivesse reunido aos de sua raça, quando inopinadamente retornou para junto de Rodrigues. Havia feito uma excursão pelas terras de Santa Catarina, como afirmou.

Voltou acompanhado por uma consorte que, no matiz da pele e na estatura, bastante se parecia com ele. Uns dizem que é índia da mesma tribo, outros que é uma cabocla procedente de Portão, no Município de São Leopoldo (Gansweidt, 1946: 40).

Observemos que Luis havia participado da correria e, portanto, de uma atividade de cunho guerreiro. Desse modo, podemos pensar quais significados tiveram sua nova situação, quer dizer a de prisioneiro entre os brancos, para o próprio menino índio. Em primeiro lugar, podemos pensar em Luis como propriamente um menino? Os Coroados passavam a morar sozinhos exatamente na idade em que Luis foi aprisionado⁸ e, assim, podemos inferir que sua vida de adulto já estava em curso. O mesmo pode-se concluir por sua participação no assalto, bem como por sua independência em retornar, quando de sua vontade a companhia dos seus. O fato é que o rapaz passou a viver uma

⁸ Conforme os apontamentos do agrimensor Pierre Alphonse Mabilde (1983, [1836-1866], p.97) os meninos Coroados iam morar muito cedo sozinhos, por volta dos onze ou doze anos. Somente quando completavam entre vinte e vinte e quatro anos que lhes era concedido, se ainda não possuíssem mulheres, que lhes era permitido morarem com outros homens solteiros.

experiência especial entre os colonos e a partir dela poderemos acessar, mesmo que de formas indiretas, quais sentimentos estiveram em seu espírito e motivaram suas escolhas. Pois Luis sempre retornou à colônia, mas também sempre visitou seus companheiros nas matas. Não sabemos ao certo a partir de que momento Luís Antônio da Silva Lima, passou a ser chamado e conhecido por Luís Bugre. Mas parece-nos interessante, tratá-lo assim para que possamos compreender melhor os acontecimentos que cercam sua história e outras a partir deste momento na narrativa.

Nos anos em que permaneceu morando em Feliz, Luís Bugre costumava participar das atividades de caça do colono João Welchen. Correm boatos e discursam alguns documentos⁹ que nesses momentos, Luís encontrava com outros indígenas e que mantinha relações com eles. Assim, Luís Bugre era um intermediário entre os colonos e os indígenas, estabelecendo trocas comerciais de produtos como mel, peles, aves e espelhos, facas de metal, açúcar, sal. Luís também parece ter assumido a função de guia, desde muito cedo, para aqueles que pretendiam incursionar nas matas desconhecidas. Muitas vezes esses imigrantes o acompanhavam e também contatavam com outros índios, tendo visto suas casas e aldeias. Aos poucos, vemos ser construída a imagem de traiçoeiro de Luis Bugre, mesmo tendo prestado diversos serviços aos colonos.

Frequentemente deixava-se ficar em casa de Matias Theis, no Vale do Tigre, que por camaradagem lhe cedia toucinho, melado ou feijão e outras cousinhas. Certa feita reapareceu e disse a Theis que não se alarmasse, se lá de fora ouvisse um rumor esquisito: seriam apenas seus compadres selvagens que não fariam mal a ninguém. De repente ouviu um cricracar e ranger de dente em volta da casa, no seu milharal. Não se fiou na palavra do **correlva** e temeu algum assalto traiçoeiro. Como raio, entrou quarto a dentro, pegou da espingarda, voou ao sótão, deslocou uma telha e, pelo telhado, detonou a arma. Quais pássaros espantados, os visitantes fugiram apressados para o mato. Luís Bugre jamais pôde perdoar isso a Theis. Estavam cortadas as relações entre ambos (Gansweidt, 1946: 41) [grifo meu].

Depois deste evento, Luís Bugre deixou aquela localidade, dirigindo-se e instalando-se mais ao norte, próximo às nascentes do rio Forromeco, ao pé do Morro da Canastra. Desta forma, se afastou relativamente das colônias. Mas continuou a

⁹ A maior parte das referências sobre a vida de Luís Antônio da Silva Lima apresentam-se em memórias de colonos ou cartas. Até o presente momento acessei, apenas, as publicadas como COSTA, Rovílio; MARCON, Ítalo. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1987; *Jornal Folha de Caxias*. (números 56 ao 63 – ano I – Caxias do Sul); BARBOSA, Fidelis. *Campo dos bugres: a vida nos primórdios da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/SULINA, 1975; GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1993; GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Os povoadores da colônia Caxias*. Porto Alegre: Suliani, 1992.

relacionar-se com seus moradores e com os indígenas nas matas. Com isso, também criou-se um imaginário construído sobre a figura de Luís Bugre. Identificamos uma espécie de arcabouço imaginativo do qual as pessoas se valeram para construir uma idéia sobre este indígena que vivia entre eles. Um homem solitário que percorre distintos universos, que se comunica com eles e, ainda, tira proveito deles, pois tira o que há de mais vantajoso em ser índio, ser colono, e ser bugre. Luís pode conviver com distintas identidades. Entre os colonos alemães Luis Bugre não conseguiu obter prestígio, mesmo tendo sido-lhes útil e prestativo, parecendo que este permanente contato com seu mundo de origem lhe tornasse indigno da confiança dos alemães. Em um nível mais geral, Luís Bugre representa a existência de margens de mobilidade, que podem alargar as possibilidades de transformação e resistência na sociedade. Para Jacques Poloni-Simard (2000:93-97) seguir essas redes ego-centradas nos indivíduos permite observar a variedade de identidades com as quais estes se definiam ou eram definidos [exemplo: bugre, colono, Kaingang, Coroado; colono, italiano, piemontês]. Assim, temos uma fluidez nas categorias fruto da variedade de laços e círculos de relações compostos pelos indivíduos.

Essa perspectiva depende, é claro, da possibilidade de identificar estes mediadores, que circulavam entre distintos grupos, que conseguiam sair da massa indígena sem cortar os antigos laços de origem; atingiram locais de poder em novos e antigos grupos – caso de Luís Bugre. Esses atores pertenciam a estratos muito distintos da sociedade, o que não significa que o universo colonial era aberto a esta condição. Houve, sem dúvida, um processo de mestiçagem na vida material e social dos povos que estiveram em contato em distintos momentos históricos, que trouxeram mudanças às sociedades indígenas e aos que com elas se encontraram. Entretanto, nem todos os laços devem ser tidos como mestiçagem ou ascensão social, quer dizer, era preciso compartilhar certas experiências para que pudessem emergir esses personagens.

O evento seguinte a nos interessar é a participação de Luis Bugre do sequestro da família do colono alemão Lamberto Versteg. Lamberto Vetzsteg, casado com Valfrida Bloom e pai de Jacó de 4 anos e Maria Lucila de 2 anos, no momento de sua chegada. Juntamente com outros companheiros da viagem ao Brasil seguiram em marcha para as terras a eles destinadas. Lamberto comprou um lote mais ao norte de São Vendelino, no platô do morro. Tendo completado cerca de dez anos que a família de Lamberto Versteg

havia se instalado em São Vendelino, resolveu ele partir para uma quermesse no Vale do Caí, onde iria encontrar seu amigo dos tempos iniciais no Brasil. Consta que Luís Bugre fora à propriedade dos Versteg, estando ciente da ausência de Lamberto, logo pela manhã, onde encontrou Valfrida e os filhos, e lhes instruiu para que colocassem um pano branco no telhado, para que os índios do mato não lhe fizessem mal, pois seria esse o sinal de que aquela casa era amiga. Foi o que Valfrida fez logo da partida de Luís Bugre. Mais tarde, no mesmo dia, o rancho foi atacado por um grupo de índios, que os levou como prisioneiros, além de alguns animais, facas, panelas, louças e roupas. Antes de partir, colocam fogo no que ficara para traz. Quando do retorno de Lamberto, encontrou ainda em brasas sua propriedade e percebeu da ausência da família. Notou que se tratava de um ataque de índios, pois na propriedade firmam as marcas do confronto, dentre as quais, diversas flechas. Buscou por eles nos vizinhos mais próximos, que nada sabiam a respeito. Partiu, então, para São Vendelino, onde tocaram o sino da capela, no intuito de reunir o mais rápido possível, homens que pudessem socorrer os sequestrados.

No dia 15 de janeiro de 1868, na casa de João Boesing, reuniram-se os componentes da expedição que partiria em busca dos familiares de Lamberto. Matias Rodrigues da Fonseca – enteado de Luís Bugre – assumiu a chefia da expedição que partiu na manhã seguinte ao ataque. Tomaram, com o auxílio de cães, o rastro dos fugitivos e seguiram mata adentro. Entretanto, tal empreitada não obteve os resultados desejados. Tendo falhado a primeira expedição de buscas, Lamberto Versteg e Matias Rodrigues partiram, imediatamente, para São Leopoldo em busca de auxílio do governo. De lá foram encaminhados para Porto Alegre onde o governador da Província, Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo, deu autorização ao chefe da polícia para que pudesse agir sob a guarda financeira da expedição. Assim, o Chefe da polícia recrutou voluntários entre os próprios colonos e, em 22 de janeiro de 1868, dezoito homens reuniram-se na casa de Eisenbarth no Forromeco. Entre os membros da expedição estava Luís Bugre. Este se apresentou aos colonos e ao delegado como um membro importante para o sucesso da expedição, visto que conhecia as matas e os índios. “Luís Bugre mostra-se admirado e aparenta indignação pelo assalto execrado dos bugres” (Gansweidt, 1946: 117). Assumiu, pois, a função de guia da coluna. O que Gansweidt tenta nos mostrar, coerentemente com os fatos, é que, para o índio, o ponto principal era

não permitir o salvamento dos desaparecidos, tendo em vista que estes poderiam denunciar sua participação no assalto.

Luis Bugre os levou, ao agora abandonado campo de pinheirais próximo a onde se encontrava a aldeia. Lá todos puderam observar os traços do que, sem sombra de dúvidas, fora uma aldeia: cinzas de fogueiras, os buracos dos postes que constituíam as estruturas das moradias, as palhas secas que eram prováveis telhados. O abandono mostrou-se recente. E, por outro lado, a exagerada indignação de Luís, chamou a atenção do delegado. Assim, a tropa, desconfiada, decidiu despistar Luis, solicitando que retornasse para procurar uma bolsa de moedas perdidas no último local de pouso, mas na verdade, o fizeram para continuar a marcha sem ele. Dessa forma, chegaram à propriedade do estancieiro Manoel Firminiano onde se refizeram e ainda ganharam como reforço os peões do proprietário. Continuaram as buscas, entretanto, dez dias depois retornaram todos à fazenda sem nenhuma notícia ou sinal dos desaparecidos. Findada essa segunda expedição em busca de sua família, Lamberto Versteg perdeu as esperanças e vendeu, por preço baixíssimo seu rancho em São Vendelino, partindo sem que os outros colonos tomassem conhecimento de seu destino. Também as notícias sobre Luís Bugre escassearam por algum tempo. Enquanto isso permaneceram os três colonos sob a guarda dos indígenas.

Depois de aproximadamente dois anos entre os indígenas, o jovem Jacó Versteg fora resgatado pelos homens do rico estancieiro português Adolfo Pacheco, nos campos de Cima da Serra. Na fazenda onde foi acolhido recebeu os primeiros cuidados: deram-lhe banho, roupas novas, alimentaram-no. Entrementes, dali a um mês, um tropeiro alemão de nome Cristóvão Horn, ali chegou, como de costume, para buscar gado para abater em São Leopoldo e Taquara. Apresentou-se, pois, a oportunidade de todos saberem a história de Jacó e, por conseqüência, a participação de Luis Bugre no assalto. Após a chegada de Jacó Versteg a São Vendelino, Luís Bugre afastou-se de lá e instalou-se mais ao norte da serra. Provavelmente, por estar ciente que o menino revelaria a todos sua participação no sequestro, como, de fato, o fez.

Luis parece ter mantido sua prática como intermediário entre indígenas e imigrantes, bem como um prestador de auxílios e serviços. Desse modo, como fizera com diversos grupos de colonos alemães, em 1875, acompanhou e recebeu os primeiros imigrantes italianos até um local de sua indicação: nada mais nada menos, que o Campo dos

Bugres. Tratavam-se das comemoradas famílias milanesas Crippa, Sperafico e Radaelli que, em 20 de maio daquele ano, provenientes de Olmalte (Monza), fixaram-se numa localidade que denominaram Nova Milano, “onde não havia senão uma oca de índios. No ano seguinte, o governo aí mandou construir uma barraca para abrigar os imigrantes que se dirigiam para as colônias de Caxias do Sul (Barracão)” (Costa, Gardelin, 1992: 15). Nascia, assim, a Colônia de Caxias, hoje Caxias do Sul, “a menina dos olhos” da colonização italiana, em um local anteriormente chamado Campo dos Bugres. Tratava-se de uma clareira na mata de pinheirais, um verdadeiro descampado que possuía diversos córregos em suas proximidades. Esta região já era conhecida pelos habitantes da província desde, pelo menos, o ano de 1864, quando o capitão Antônio Machado de Souza realizou a travessia entre Montenegro e os Campos de Cima da Serra, localizando o toldo indígena que ali havia. Por algum tempo ainda, o nome Campo dos Bugres tratou-se de uma referência ao local, como observamos no primeiro plano urbanístico da povoação de Caxias, datado de 6 de dezembro de 1878, cujo título era “Projeto da povoação da Colônia Caxias no Campo dos Bugres”. Conforme Roberto do Nascimento (2009: 80-85), este documento pode ser considerado a “certidão de nascimento” da colônia, fato que nos leva a concluir que o entrelaçamento com a temática indígena esteve também representada nesta certidão. Ora, a colônia – e depois cidade – foi erigida sobre uma antiga aldeia indígena; seus novos moradores não puderam, de modo algum, negligenciar sua existência.

Quanto a Luis Bugre, durante os primeiros momentos, prestou serviços de caça para as três famílias, bem como os ajudou quando ficaram doentes buscando ervas medicinais na mata. Quando os funcionários do império instalaram a administração colonial, registrou-se também como colono. O indígena tornou-se proprietário do lote número 17, com 148.191m². No Mapa Estatístico da Ex-Colônia Caxias são apresentadas as seguintes informações a seu respeito: brasileiro; 65 anos; não lê; casado com Sebastiana Maria de 55 anos e seus filhos Maria Luiza (20), Julio (19) e Carlos Antônio (24); data de chegada em 6 de janeiro de 1876; débito de 147\$268.¹⁰ Desse modo, Luís Bugre passou a construir uma nova imagem, agora no imaginário dos colonos italianos, que tiveram por ele uma grande estima, proveniente dos serviços

¹⁰ Mapa de Registro de chegada da Ex Colônia Caxias, AHJSA. p.01.

prestados em tempos de dificuldades, como observamos no romance que trata dos primeiros momentos da colonização de Dalcin Fidelis Barbosa (1975: 19):

- Por aqui termina a zona colonial alemã – disse Pedro. – Agora é só mato e serra. Foi por aqui que passaram os primeiros imigrantes italianos. Não havia caminho. Foram abrindo picada a facão e trepando a serra a pé, carregando a bagagem às costas.
- Sozinhos – perguntei.
- Não. Eles tinham um bugre, conhecido por Luís Bugre.
- Bugre de verdade?
- Sim, bugre legítimo, mas semicivilizado. Os colonos o pegaram pequeno.

Sobre esses primeiros encontros também há referência às relações de Luís Bugre com os italianos no trabalho de Pierro Brunello (1994). O autor nos fala sobre os relatos da *nonna* Giulia Piazza onde afirma que o índio – Luis – esperava no porto fluvial de São Sebastião do Caí e depois subia a serra com os colonos abrindo estrada com picão, e mais: “O índio lhes fez dormir na sua cabana e foi se estabelecer em uma cavidade formada pelas raízes de uma planta de grande porte, e mais tarde ensinou os recém chegados a como construir um abrigo de ramos de folhas” (1994: 23).¹¹ Especula-se que teria aberto uma bodega na colônia, para venda de bebidas e víveres. Entretanto, ainda não pude localizar algum documento que confirme a posse de tal empreendimento, mas a informação aparece frequentemente nos romances que retratam a imigração. Encontra-se, por exemplo, em *As vítimas do Bugre*, onde conforme Gansweidt, “abriu nas colônias italianas uma taverna em que houve não poucos casos ruidosos” (1946: 306).

Quanto a sua morte, também são dispersas as informações. Teria participado de uma caçada junto a três luso-brasileiros: Felizardo da Costa Leite, Albino Rodrigues de Freitas e João Bogreiro [muito sugestivo esse sobrenome!], no rio das Antas, em sua travessia, acabou se afogado. Um de seus filhos, Júlio, pensando ter sido o pai assassinado, resolveu tomar satisfação junto aos companheiros da caçada fatídica. Encontrou Albino Rodrigues de Freitas com quem discutiu. Durante a briga, por fim, Júlio morreu baleado no peito por esse homem. O Monsenhor Gansweidt, informava que um dos caçadores, Felizardo da Costa Leite, ainda vivia em 1928, quando escreveu *As vítimas do Bugre*, assim, supomos que o padre lhe tenha procurado para confirmar

¹¹ Tradução minha: *L'indio li face dormire nella sua capanna e andò a sistemarsi in una cavità formata dalle radici di una grande pianta; in seguito insegnò ai nuovi arrivati come costruire un riparo di rami e di foglie.*

esta história (1946: 307). O outro filho de Luis Bugre, Alberto, teria participado das medições de terras no Poço das Antas e, ainda conforme Gansweidt, não se tinha notícias de seu paradeiro por volta de 1929. No final das contas, foi o Luís Bugre, um índio, quem escolheu o lugar para se construir a vila que, mais tarde, se tornaria o símbolo do sucesso dos imigrantes italianos no sul do país. Embora Luis tenha construído uma relação de estima perante os imigrantes italianos, nem sempre a expectativa deles era favorável aos indígenas em geral.

A trajetória de Luis recupera de forma ímpar a experiência de interações e conflitos entre indígenas, imigrantes, religiosos e governo. Luis pôde construir suas relações entre os meios nos quais circulou, mas não pôde controlar as formas que suas atitudes foram interpretadas. Exemplo disto observamos nas maneiras que colonos alemães e italianos trataram-no; se na primeira prevaleceu como marca o ressentimento, a mágoa e o desprezo – personificados no livro “As vítimas do Bugre” – na colônia italiana registrou-se algum carisma, agradecimento e estima. “Fazer a América” foi uma tarefa da qual participaram diversos agentes, entre eles os indígenas, que mantiveram seus interesses em pauta quando agiram nas mais distintas situações.

Bibliografia

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Prisioneiros dos bugres*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1966.
- _____. *O campo dos bugres*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1975.
- BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, UNISINOS, 1995.
- BRUNELLO, Piero. *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli Editore, 1994.
- CESAR, Guilhermino. *Formação do Rio Grande do Sul: o período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- COSTA, Rovílio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Editora Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875)*. São Leopoldo, PPGH/ UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2006.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: Processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo brasileira*. Porto Alegre, Movimento, 1975.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1993.
- _____. *Os povoadores da colônia Caxias*. Porto Alegre: Suliani, 1992.
- GANSWEIDT, Matias José. *As vítimas do Bugre*. Porto Alegre: Selbach, 1946.
- GIRON, Loraine Slomp. O imigrante italiano: agente de modernização. In: *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, 1979.
- GIRON, Loraine; BERGAMASCHI, Heloisa. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Educus, 2004.
- GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo: cultura amerindia y civilización del Renacimiento*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2007.
- HUNSCHE, Carlos; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. GxW, 2004.
- IOTTI, Luiza Horm. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatos consulares*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2004.
- MABILDE, Coronel Affonso P. T. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul (1836-1866)*. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.
- MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2001.
- MARCON, Telmo (org). *História e cultura kaingang no sul do Brasil*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 1994.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas, Unicamp, 2001.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 – 1924)*. Maringá, EDUEM, 1994.
- _____. *Os Kaingang do vale do rio Ivaí: história e relações interculturais*. Maringá: Eduem, 2008.
- POLONI-Simard, Jacques. Redes y mestizaje: propuesta para el análisis de la sociedad colonial. In: BOCCARA, Guillaume & GALINDO, Sylvia (Eds). *Lógicas Mestiza em América*. Temuco, Chile: Instituto de estudios indígenas, 1999. p.113-137
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica Santa Terezinha, 1934.
- RABUSTRE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1978.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.
- SCHÄFFER, Neiva Otero. *Os Alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos*. In: *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004.